

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA PERSPECTIVA FREIREANA

ANA CLARA MEIRA DE CASTRO

¹UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)

CLAUDIONOR ALVES DA SILVA²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)

Resumo:

O presente resumo tem como objetivo refletir sobre os dilemas e desafios enfrentados na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao longo da história da educação brasileira. Essa reflexão se deu a partir dos estudos realizados na disciplina DFCH0813 Educação de Pessoas Jovens e Adultas I, no curso de Pedagogia. Assim, o questionamento: até que ponto se faz necessária a oferta da Educação de Jovens e Adultos no Brasil do século XXI? direciona a discussão do texto. Esse questionamento compreende a existência de dilemas e desafios em relação a EJA. Para melhor compreender essa problemática, desenvolveu-se um estudo bibliográfico, considerando os aspectos históricos e políticos, durante o Período Militar (1964) e uma articulação com as ideias do educador Paulo Freire. Esse estudo revela que, a EJA no país continua não sendo prioridade, pois embora sejam previstos em lei recursos específicos para essa modalidade de ensino e diretrizes próprias, na prática, pouco se tem efetivado. Portanto, são necessárias políticas de estado voltada para a EJA, professores capacitados para essa modalidade de ensino e proposta pedagógica fundamentada em uma educação que seja de fato libertadora, no sentido freireano.

Palavras-chave: Educação. Emancipação. Tecnicismo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado dos estudos realizados na disciplina DFCH0813 Educação de Pessoas Jovens e Adultas I, no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, cujo tema central eram os aspectos históricos, políticos e sociais da Educação de Jovens e Adultos ao longo da história da educação no Brasil. Assim, o objetivo deste trabalho é refletir sobre os dilemas e desafios enfrentados nessa modalidade da educação ao longo da história da educação brasileira.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil caracteriza-se como uma denúncia das desigualdades sociais presentes no país, tendo em vista que a educação, ao longo da história brasileira, buscou oferecer uma educação que somente ensinasse a ler e escrever, a fim de atender as necessidades da classe dominante, ou seja, não era oferecida uma educação para

¹ Graduanda do curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: anameira2124@gmail.com.

² Dr. Professor na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: claudionor.silva@uesb.edu.br.

emancipar o indivíduo e dignificá-lo. Desse modo, serão desenvolvidos aspectos históricos do período militar, políticos e sociais e o reflexo na EJA no Brasil do século XXI.

Nesse sentido, a formulação deste ensaio foi desenvolvida a partir de um levantamento bibliográfico sobre a temática da EJA, articuladas com as leituras de Paulo Freire e sobre a legislação educacional. Assim, com base nesse referencial, buscou-se compreender as influências do período militar na modalidade da EJA no Brasil. Logo, possibilitou o seguinte questionamento: até que ponto se faz necessária a oferta da Educação de Jovens e Adultos no Brasil do século XXI? Esse foi o questionamento que proporcionou e estimulou o desenvolvimento do presente trabalho.

Em 1934 o Plano Nacional de Educação, que previa um tratamento específico para a EJA: a garantia do ensino primário integral obrigatório. Destaca-se também a pressão internacional para que o país trabalhe para mitigar esse impasse. Desse modo, os métodos pedagógicos utilizados para alfabetizar os jovens e adultos eram os mesmos para alfabetizar as crianças. Isso porque eles eram vistos como incapazes e “mais fáceis de serem alfabetizados”. Contrapondo esse ideal de enxergar o indivíduo como “incapaz”, no final da década de 1950 e início da década de 1960 ocorreram mobilizações sociais em prol da EJA como: Movimento de Educação de Base (1961- CNBB), Movimento de Cultura Popular do Recife (1961) e Centros Populares de Cultura (UNE).

Nesse período, o educador Paulo Freire inicia o seu trabalho com o seu método de utilizar as vivências do seu discente para alfabetizá-lo, garantindo assim, a dignidade do sujeito. Todavia, seria interrompido no período militar, instituído no Brasil em 1964. Ademais, a Constituição Federal de 1967, em seu art. 168º descreve acerca do direito da população à educação: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana” (Brasil, 1967).

O Estado, mediante a sua constituição afirma que a educação é direito de todos os indivíduos. Entretanto, o exercício desse direito encontra adversidades para ser contemplado. Desse modo, é preciso revisitar o passado, a fim de compreender as questões sociais, educacionais e políticas que refletem na atualidade e verificar a motivação para haver turmas de jovens e adultos. Assim, o foco temporal é a Ditadura Civil Militar no Brasil e os seus reflexos no século XXI.

PAULO FREIRE: EDUCAÇÃO COM OS CIDADÃOS

Paulo Freire estudou e baseou-se em ideias marxistas e construiu um legado na educação pela sua preocupação e formulação de um ideário educacional voltado para a classe popular, compreendendo esse público como produtores de cultura, por meio de suas histórias de vidas. Freire, atuou em círculos de cultura e Centros de cultura desenvolvidos em Recife, assim, ocorriam debates de diversos temas, que eram previamente discutidos com os participantes, a fim de averiguar quais temas gostariam de debater. Foram temas em volta do “ ‘Nacionalismo’, ‘Remessa de lucros para o estrangeiro’, ‘Evolução política do Brasil’, ‘Desenvolvimento’, ‘Analfabetismo’, ‘Voto do Analfabeto’, ‘Democracia’[...]” (Freire, 1967, p. 103).

O círculo de cultura debatia as questões sociais e promoveu reflexões acerca da realidade social dos participantes do círculo e tinha como forte característica o diálogo e, mediante a esse fator, iniciava também a democratização da cultura, valorizando o ser humano. Assim, a democratização cultural permite a relação e o progresso nas camadas populares. Nesse sentido,

A cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como o resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanista da cultura. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana. Como uma incorporação, por isso crítica e criadora, e não como uma justaposição de informes ou prescrições “doadas”. (Freire, 1967, p.108).

Esse entendimento prossegue no livro *A Educação como prática da Liberdade*, que diz: “[...] jamais admitirmos que a democratização da cultura fosse a sua vulgarização, ou por outro lado, a doação ao povo, do que formulássemos nós mesmos, em nossa biblioteca e que a ele entregássemos como prescrições a serem seguidas” (Freire, 1967, p.102). É nítido a preocupação com uma educação emancipatória, que proporciona o desenvolvimento crítico que, além de alfabetizá-los, promova a participação democrática no meio social.

A cidade de Angicos (1962 – 1963) localizada no estado do Rio Grande do Norte, na região Nordeste, foi palco do método de alfabetização para jovens e adultos e a partir de tal experiência houve um novo olhar para a Educação de Jovens e Adultos, tal entendimento ecoou (inter)nacionalmente. A proposta foi realizada e estruturada para proporcionar um ambiente educacional alfabetizador.

Assim, foi proposto um roteiro dividido em quarenta horas. Nesse sentido, era trabalhado cultura, conceito antropológico de cultura, alfabetização por meio do estudo da palavra e conhecimento das “famílias” silábicas, politização. Porém, no decorrer, alguns desistiram, em decorrência da necessidade de trabalhar. “Na segunda semana de aulas, justamente na faixa da 13ª hora, uma motivação muito maior, a chuva, obrigou a alguns alunos,

os melhores, por sinal, a abandonar as classes por força da necessidade de trabalho na pequena agricultura.”. (Gadotti, 2014, p. 65). Dessa maneira, a experiência em Angicos possibilitou que adultos fossem alfabetizados e por meio do seu modo de falar, utilizou – se palavras geradoras, estudo das famílias silábicas e politização.

No Brasil do século XXI, as ideias de Freire são discutidas nas universidades do país, a exemplo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no interior da Bahia. As discussões embasadas em Paulo Freire ocorrem, pois os professores compreendem que para formar futuros docentes, é preciso conhecer Freire, a fim de “fugir” da educação bancária, por muitas vezes presente nas escolas brasileiras. Assim, o estudante em sua formação passa a apreender o papel transformador da educação como emancipação do indivíduo, assim como, o poder das práxis sociais que a educação proporciona.

PERÍODO MILITAR: EDUCAÇÃO TECNICISTA

O período militar no Brasil foi marcado pelo tecnicismo e pela educação bancária criticada por Paulo Freire. O modelo de alfabetização proposto por Freire foi impedido de continuar sendo exercido nesse período, necessitando que os militares criassem a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), contrária à pedagogia de Freire.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (1967 – 1985), continha programas, como o Programa de Alfabetização Funcional, Programa de Educação Integrada, Programa MOBRAL Cultural, Programa de Profissionalização. Todos voltados para a preparação da pessoa para o mercado de trabalho. Sendo assim, a educação estava diretamente ligada ao desenvolvimento econômico do país e isso refletiu nos indivíduos que eram analfabetos, os quais foram responsabilizados pela própria condição.

Nesse entendimento, Strelhow (2010, p. 6) descreve que “[...] o sentido político do Mobral [...] procurava responsabilizar o indivíduo de sua situação desconsiderando-o do seu papel de ser sujeito produtor de cultura”. Dessa maneira, o MOBRAL se distanciava da proposta de Paulo Freire, justamente por desvincular o sujeito da sua condição de produtor de cultura que acrescenta e dialoga com o mundo por meio de suas vivências.

O primeiro presidente do MOBRAL, Mário Henrique Simonsen, descreve que seriam desenvolvidas concepções tecnocráticas mediante a “[...] esquemas operacionais simples e padronizados, capazes de tornar logisticamente viável um programa de alfabetização de larga escala, e de reduzir ao mínimo os custos por aluno” (Simonsen, 1973, p.148, apud Silva e Torres, 2021). É perceptível que a preocupação era atender as necessidades da indústria, a produção de mão de obras, ou seja, ao capital humano e não a formação do cidadão.

Barreto (1998), descreve a diferenciação entre a educação progressista de Freire e a perspectiva tecnicista.

Neste sentido, 'há uma diferença fundamental entre a alfabetização na perspectiva progressista e na perspectiva tecnicista. Na última se dá ênfase ao domínio puramente técnico – que é fundamental – da leitura e da grafia fonêmica da palavra. Assim, estimulam os alfabetizados a ler e escrever MESA sem perguntar como e em que implica produzir a MESA. É como tomar a palavra desconectada do mundo' (Barreto, 1998, p. 81).

Dessa maneira, o MOBREAL, apesar de tentar copiar o método de Freire, se diferenciou por meio da decisão das palavras geradoras para apresentar aos indivíduos, ressalta-se, que a escolha das palavras geradoras não ocorria em conjunto com a população. O Ministério de Educação, por meio do parecer CNE/CEB 1/2000, descreve que “Muitos continuam não tendo acesso à escrita e leitura, mesmo minimamente; outros têm iniciação de tal modo precária nestes recursos, que são mesmo incapazes de fazer uso rotineiro e funcional da escrita e da leitura no dia a dia.” (Brasil, 2000, p. 3). Esse documento ainda afirma que:

[...] a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (Brasil, 2000, p. 5).

Contudo, essa dívida para com o público da EJA ainda não foi reparada, a vista dos programas educacionais para jovens e adultos, durante o período militar, assim como, posteriormente, são em sua maioria voltados para atender o mercado de trabalho a exemplo do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). A escolha de profissionais não capacitados denuncia a despreocupação com a modalidade da EJA.

Portanto, é nítido que a existência da Educação de Jovens e Adultos é uma denúncia às desigualdades sociais, ao tecnicismo e à negligência estatal, tendo em consideração que a educação fornecida para esses indivíduos é com o objetivo de "tornarem úteis" os indivíduos para o corpo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos durante o processo histórico brasileiro foi marcada pela marginalização desse grupo social, que detinha “poucos” conhecimentos daquilo que era valorizado pela sociedade, ou seja, a leitura e escrita. As ideias de Paulo Freire passam a ser desenvolvidas, apresentando um método que trabalha com a camada popular, levantando os conhecimentos dessa classe, democratizando a cultura e possibilitando a alfabetização e o desenvolvimento crítico do pensamento.

O período militar ficou marcado pelo tecnicismo, tal característica não ficou restrita apenas a esse arco temporal brasileiro. O intuito da proposta era desenvolver nos sujeitos capacidades para exercerem no mercado de trabalho e não os emancipar, produzindo mão de obra. O reflexo dessa educação tecnicista ainda se apresenta presente no corpo social do Brasil do século XXI. Reflexos do MOBREAL são encontrados nas salas de aulas brasileiras, a exemplo de utilização de livros que fogem das vivências do indivíduo, atividades infantilizadas e professores que não são licenciados. Isso implica a oferta de uma educação sem qualidade, indo contra o proposto na Constituição Federal de 1988, que diz da oferta de uma educação de qualidade.

Diante do exposto, não há espaço para se conformar, é preciso reivindicar por professores formados e capacitados, por mudanças nas práticas docentes de atividades infantilizadas, superando o estigma proporcionado pelo passado e exigir que os direitos descritos na legislação venham ser cumpridos, exercendo, assim, o papel da cidadania.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte Ciência, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: [Constituição67 \(planalto.gov.br\)](http://Constituição67(planalto.gov.br)). Acesso em: 30 de julho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer CNE/CEB 11/2000 – Homologado. Disponível em: [PCB11.doc \(mec.gov.br\)](http://PCB11.doc(mec.gov.br)). Acesso em: 08 de abril de 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

GADOTTI, Moacir (org.). **Alfabetização e conscientização: Paulo Freire, 50 anos de Angicos**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014. Disponível em: Alfabetização e conscientização: Paulo Freire, 50 anos de Angicos. Acesso em: 29 de março de 2024.

SILVA, J. C. da; TORRES, A. M. **O golpe na elaboração intelectual de Paulo Freire: a alfabetização de [jovens e] adultos na ditadura civil - militar**. *Debates em Educação*, [S. l.], v. 13, n. Esp, p. 125–152, 2021. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13nEsp125-152. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12025>. Acesso em: 30 de julho de 2023.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 49–59, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i38.8639689. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>. Acesso em: 30 março de 2024.